

The Symbiosis of Culture and Innovation in Tourism

Volume 6 | Número 1 | Março 2016

Volume 6 | Number 1 | March 2016

Volumen 6 | Número 1 | Marzo 2016

www.isce-turismo.com

ISSN: 2183-0800

thij
Tourism and **H**ospitality
International **J**ournal



O ENSINO SUPERIOR NA RELAÇÃO DOS MUSEUS COM O TURISMO

José d' Encarnação¹

Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto

Encarnação, J. d' (2016). O ensino superior na relação dos museus com o turismo. *Tourism and Hospitality International Journal*, 6(1), 12-22.

Resumo: Ensaio em que se tecem considerações avulsas sobre as características de que se deve revestir um curso que vise preparar pessoas para trabalharem em museus, nomeadamente tendo em conta o turismo, ou seja, os visitantes tanto estrangeiros como nacionais. Acentua-se a vertente prática de que esses cursos devem ter, não apenas em aspectos técnicos específicos mas também de comunicação. Preconiza-se que a formação museológica seja de 2º ciclo e não de licenciatura, reservando-se este nível para fundamental aquisição de cultura geral. Reflexão em função de objectivos precisos e motivação entusiasmada e dinâmica constituem aspectos primordiais de uma formação eficiente e eficaz na prática do dia-a-dia.

Palavras-chave: Reflexão, Motivação, Objectivos, Comunicação, Investigação.

Importará interrogar-nos, antes de mais: que ensino superior? Ou, por outras palavras: a que nível do Ensino Superior se deverá pensar em museus e, mais concretamente, em museus como fautores e factores de turismo?

Na verdade, se o Turismo – enquanto domínio de actividade e, até, científico, por obedecer, hoje, a regras próprias, passíveis de facilmente se enquadrarem numa disciplina com rigor de ciência – constitui, na actualidade, objecto de licenciaturas em várias escolas, quer por si só quer relacionado com o Património,² pode haver alguma relutância em criar um curso de três anos (seguindo o modelo dito «de Bolonha») que se destine a formar licenciados em Museologia.

Não é que tal não seja possível e, quiçá, desejável; contudo, tanto as restrições do mercado de trabalho como a especificidade e diversidade de matérias que à Museologia

¹ Professor catedrático aposentado

² Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, há a licenciatura em Turismo; na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, temos uma licenciatura em Turismo, Lazer e Património.

dizem respeito têm determinado que – na sequência, aliás, do que foram os primeiros cursos de Conservador de Museus leccionados no Museu Nacional de Arte Antiga até aos primeiros anos da década de 70 do século transacto – se haja optado, de preferência, pelos mestrados ou pós-graduações, o que hoje se designa por «2º ciclo».

Haverá justificação para essa opção?

Procurarei demonstrar que sim.

No citado curso de Turismo da Lusófona, há, no 2º ano, a disciplina semestral de Património Cultural e Urbano. Diga-se, desde já, que esta dupla adjectivação se prende, segundo me pareceu perceber, com a necessidade de se acentuar o carácter predominantemente cidadão do património que se pretende utilizar como vector turístico. Trata-se de uma concepção própria dos primórdios dos anos 80, em que ainda se não viam como destinos turísticos nem como valores a preservar as especificidades da vida rural, o contacto com a Natureza. Dir-se-á que talvez não, pois a década de 60, com o seu movimento *hippy* (por exemplo), já para isso chamara a atenção. É verdade; mas, aí, a intenção era outra: a de apelar para uma vida mais em contacto com a Natureza, apelo que desembocaria nos movimentos ecologistas, a que não terão sido, seguramente, alheias as publicações de David Attenborough³, por exemplo. Daí até à tentativa de consciencialização de que belezas a admirar as havia em todo o sítio, mesmo o mais recôndito e não necessariamente moldado pelo Homem, foi um passo, hoje universalmente aceite.

Recordo que, entre nós, o III Congresso Nacional de Turismo, reunido no Norte do país, em Dezembro de 1986, para celebrar o jubileu do turismo português, incluiu, pela primeira vez, entre as suas conclusões, uma que apontava justamente no sentido do ‘turismo cultural’, vertente ainda então titubeante e que se antevia como alternativa válida ao turismo ‘de sol e praia’, praticado até então, uma vez que, por outro lado, os destinos turísticos desabrochantes na altura – as Caraíbas, as ilhas do Pacífico... – de custos muito inferiores e águas despolidas e paisagens paradisíacas o estavam seriamente a pôr em causa na sua viabilidade económica. É, aliás, essa a segunda conclusão apresentada, depois de se ter referido, na primeira, que é «o Turismo uma actividade intrinsecamente humana» e que deve, por isso, «orientar-se em função desta perspectiva»: concluiu-se «haver necessidade de reforçar a óptica cultural como referencial da evolução do Turismo».⁴ E a primeira das recomendações (*ibidem*, p. 241) foi precisamente:

«Uma intensificação da colaboração entre os sectores do Turismo e da Cultura por forma a que nacionais e estrangeiros possam usufruir, na máxima plenitude, das diversas expressões do património cultural português».

Mas, se essa é uma caminhada que importa não esquecer para melhor se poder decidir, o que ora nos interessa, de modo particular, é recordar que se potencia com todo esse movimento de opinião a noção de património, nesta concepção intrínseca de algo que se tem, que se herdou e que importa preservar, valorizar e mostrar aos demais.

³ Recordar-se-ão, a título de exemplo, *Earth in Danger Pollution and Conservation* (1977), *Life on Earth* (1979), *Discovering Life on Earth* (1981) ou *The Living Planet* (1984), que as Selecções do Reader’s Digest publicariam entre nós, no ano seguinte, com o título *O Planeta Vivo*.

⁴ *III Congresso Nacional de Turismo – Documentos*, Edição da Comissão Executiva do Ano do Jubileu do Turismo Português e da Secretaria de Estado do Turismo (Depósito Legal nº 6521/85), p. 240.

Aliás, o termo inglês *heritage* acentua esse carácter de ‘herança’; em italiano, preferiu-se a palavra *beni*, ‘os bens’, naquela concepção que nós, portugueses, temos de... «que bens é que ele te deixou?».

A globalização, determinada quer pela facilidade das comunicações quer pelas decisões políticas, concluiu o processo – que despertou as identidades e globalizou o conceito de património. Trata-se, não é de estranhar, de um movimento natural: parte-se do zero, num crescendo que chega a abarcar tudo e, depois, inicia-se o caminho de regresso, seleccionando. Tudo é património, mas... nem tudo é património!

Aparentemente alheias ao tema (ensino, museus, turismo), prendem-se estas reflexões com o facto de, em meu entender, o defeito maior que se pode encontrar no ensino universitário é o de ainda se procurar... «empinar», para usarmos de um termo da gíria académica. Não se privilegia o raciocínio, não se adentra a atenção, a capacidade de análise. Curiosamente, ao mesmo tempo, assistimos por toda a parte, nas empresas e nas instituições públicas e privadas, ao estabelecimento da **actuação por objectivos**, espécie de panaceia que se inventou e está de moda. E falo assim, porque, de um modo geral, esses objectivos são traçados por quem está em gabinetes, sem uma relação directa com a realidade quotidiana, e... faz como vem nos tais livros que... «empinou».

Perdoar-me-á o leitor se o maço com este arrazoado, mormente porque ainda o não pejei de notas de rodapé e não alicercei as ideias em autoridades académicas e livros imprescindíveis. É que – explico – nas dezenas de teses de mestrado (e, até, de doutoramento) que tenho arguido nos últimos anos, mais de 50% das páginas são constituídas por essas citações. Ideias que se leram e sintetizam óptimas teorias resultantes de acurada reflexão; deve, por isso, provocar mais reflexão e, sobretudo, uma adequação à realidade. O projecto arquitectónico pode ser lindíssimo, inovador; contudo, se não se integrar na paisagem, se não tiver em conta o clima da terra onde quer implantar-se... poderá estar destinado ao fracasso!

Ora aí está um caso a explorar no ensino: porque é que as casas tradicionais de Timor se construíam sobre uma espécie de palafitas? Porque é que os espigueiros têm lajes sobre os pés? Porque são térreas e de poucas aberturas as casas alentejanas?...

Quantos dos nossos estudantes são levados a pensar nisso?...

O amontoado de teorias que povoam as teses e os trabalhos práticos de Museologia constitui, para mim, sinal evidente de dois predomínios: o da teoria em relação à prática e o da memorização em detrimento da análise.

E o termo ‘memorização’ é, aqui, um eufemismo. Sabem-no docentes e estudantes, porque a prática do «copia-e-cola» se generalizou de tal modo que, hoje, com as disponibilidades que a Internet nos facultou, os professores se vêem forçados a recorrer a métodos próprios para detectarem donde é que foi retirado este longo excurso, que até nem sequer vem ao caso!...

Por aqui se há-de, pois, começar antes de mais, se se quer reflectir sobre o relacionamento entre o ensino da Museologia e um dos objectivos dos museus: atrair visitantes. Porque se torna necessário pensar primeiro: que visitantes? Muitos? E para quê? Para, com o dinheiro das entradas, se engordarem os cofres do Estado? Para o

senhor que está à porta, ao fim da jornada, esfregar as mãos de contente e dizer que ultrapassou o número de visitantes que teve no dia anterior?...

Números, números – a tirania do número *versus* a eficácia da iniciativa!...

Já se reflectiu bem no que se quer com um visitante que se tem? Penso não errar muito se disser que não. E, para o documentar, basta ir a um museu, de funcionários colocados em sítios estratégicos para que os visitantes não saiam do percurso estabelecido, não toquem nos quadros, não façam fotografias... Não, não, não... A política do «não», em detrimento de uma salutar política do... «sim»! Porque, se fora esta a predominar, o funcionário não estaria ali, sentado, a ler um livro ou, discretamente, de miniauscultadores nos ouvidos, com o pensamento bem longe da sala em que se encontra, mas seria solícito e explicaria agora um quadro, o significado de uma peça, ouviria os comentários e simpaticamente interviria para complementar a explicação; diria para consigo «Hoje vou para aquela sala, estudei bem aquele quadro e vou despertar para ele a atenção dos visitantes». Pois. E que incentivos é que há para isso? Que motivação foi dada na escola? Ou, ainda, se houve alguma eventual visita de estudo a um museu, durante o curso, foi esse o exemplo que viram?

Recordo sempre, nesse aspecto, um dos casos que me cativou. Tinha o Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas uma guia ou uma ‘guarda’ (se se quiser), a D. Maria, desde quase os tempos da fundação. Acompanhara, ainda catraia (penso), os trabalhos arqueológicos; vivera todo o processo de instalação do museu nas suas diversas fases e acabou, naturalmente, por ser contratada, dado o seu interesse pelo monumento, independentemente de não ter nenhum curso e, apenas, uma enorme dedicação. De tal maneira que, sempre que recebia algum arqueólogo, acabava por ouvir atentamente as suas explicações, tornava-as suas e, na próxima visita que recebia, se viesse ao caso, incluía de imediato essa novidade no seu repertório.

O objectivo era transmitir o seu entusiasmo; mostrar que tinham valor esses documentos aparentemente despidos de estética (a maior parte eram meras ‘pedras com letras’ e, ainda por cima, em latim!...); que com essas palavras se fizera história, se sabia das gentes que por ali tinham vivido há mais de dois mil anos atrás!...

E, aqui chegados, batemos de novo no cerne da questão: a motivação. Precisam os estudantes de estar motivados; precisam, sobretudo, os docentes de estar motivados também.

Se se puser num motor de busca a frase «Estou a construir uma catedral», encontrar-se-ão diversas versões⁵ de uma história que dizem remontar ao tempo de S. Luís, rei de França, aquando da reconstrução da catedral de Chartres, após o incêndio de 1194. Eu recebi oralmente uma versão, que me indicaram como sendo contada também por Mikhail Gorbachev no seu livro *Perestroika*. Dois homens passavam o dia, do nascer ao pôr-do-sol, a acarretar pedras andaimas acima.

– Que andas a fazer? – perguntaram a um.

– Não vês? Acarreto pedregulhos um atrás do outro lá para cima! Trabalho de escravo este, à torreira do Sol! Um horror!

⁵ Veja-se, a título de exemplo, http://www.santidade.net/artigos/a_catedral.pdf, que reproduz o artigo “A catedral”, publicado por João César das Neves no *Diário de Notícias* de 3-10-1995.

– E tu, que fazes? – indagaram junto do colega, que desempenhava exactamente as mesmas funções.

– Eu?!... Eu estou a construir uma catedral! – e abriu-se num sorriso, de orelha a orelha!

Evidente, a mensagem; mui frequentemente, porém, esquecida por completo – no mundo académico e, depois, no mundo do trabalho. Por estudantes e... por docentes! Que, a meu ver, nesta história quase parábola está bem consignado o segredo para o êxito de toda uma actividade, inclusive ao nível museológico e, de modo muito especial, para quem deseja relacionar turismo com as realidades museológicas.

Quando, em finais da década de 60, se renovou a reflexão acerca dos métodos de ensino, as primeiras lições tinham, invariavelmente, essa finalidade: mostrar a importância fundamental da motivação para o melhor êxito da leccionação e da aprendizagem. Acontece, porém, que, a nível do ensino superior, nunca essa preocupação terá sido uma constante, mesmo quando se seguia, no final da licenciatura, a via do ensino, atendendo a que, mui frequentemente, também aí o que havia eram doses maciças de teorias.

– Estou muito contente com a forma como ensina – disse-me, em 1972, Águeda Sena, mãe de um dos meus estudantes do (então) Ensino Preparatório. – Pouca gente aplica na prática as sugestões de Piaget e o professor aplica-as com enorme êxito.

Confesso a perplexidade que senti naquele momento, porque nem sequer me pusera a questão de estar a aplicar, ou não, essas normas. Adequara os meus métodos às diversas turmas que tinha, seguramente não era o mesmo para cada uma, porque de estudantes bem diferentes. Quando cheguei a casa, corri aos apontamentos de Ciências Pedagógicas, para saber, afinal, em que é que eu seguia Piaget.

É um encontro esse que amiúde me ocorre, quando sou obrigado a ler parágrafos e mais parágrafos de teorias sobre métodos de exposição, técnicas disto e daquilo. Não que eu seja contra a aquisição de conhecimentos teóricos, nomeadamente no que concerne a aspectos técnicos; sou, sim, contra o excesso, ou melhor, contra a exclusividade de um ensino assim.

Em todos os domínios a prática é essencial. ‘Faz-se’ o médico no banco do hospital, no estágio. O estágio integra, hoje, boa parte dos cursos, nomeadamente a nível do mestrado e da pós-graduação⁶ ou, no caso do ensino secundário, nos cursos de teor

⁶ No caso, por exemplo, da cadeira do 2º ciclo «Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural», prevista no plano de estudos da Universidade de Évora, aponta-se expressamente como um dos objectivos procurar que a formação «conjugue o domínio teórico da área com uma forte componente prática», «atendendo a que a área do Património Cultural exige dos alunos não só estudos teóricos como a aplicação prática dos seus conhecimentos».

Vide: [http://www.uevora.pt/ensinos/cursos/21_ciclo/curso/\(codigo\)/171](http://www.uevora.pt/ensinos/cursos/21_ciclo/curso/(codigo)/171)

No preâmbulo da Secção de Museologia (Departamento de Ciências e Técnicas do Património) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, escreve-se expressamente: «O corpo docente é constituído por professores que aliam a sua experiência de ensino e investigação ao desenvolvimento de projectos museológicos e conta, igualmente, com a participação de um leque variado de convidados, profissionais de museus e de outras instituições de investigação nacionais e internacionais, assegurando a melhor configuração dos perfis profissionais e de investigação. O estágio integrado e os trabalhos práticos em contexto museológico realizados pelos alunos ao longo do Curso, reforçam esta ligação com o contexto profissional, promovendo e apoiando o diálogo constante e a sua plena adequação».

Vide: http://sigarra.up.pt/flup/unidades_geral.visualizar?p_unidade=40

Na Universidade Lusófona, Museologia é uma das opções de 2º ciclo na Faculdade de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes. Escreve-se na apresentação do curso:

«A museologia define-se como um meio de intervenção social e de comunicação ao serviço do desenvolvimento das comunidades que serve, não se limitando às tarefas tradicionais em que tantas vezes é colocada e que reduzem o Museu à simples condição de armazém de objetos. A formação em Museologia na ULHT trata no essencial da intervenção museológica local, que pela sua prática e projetos, se têm afirmado como uma museologia inovadora e com uma forte ligação ao meio onde está inserida, partilhando com o

profissionalizante a que, felizmente, ora se voltou. É no quotidiano que se aprende, com as situações concretas. No meu curso de Conservador de Museus, analisámos dezenas de tipos de cerâmicas, desde a pré-histórica à da dinastia Ming, passando pelos pratos das fábricas portuguesas do Rato, de Coimbra...; vimos quadros aos raios X, aos ultravioletas; deliciámo-nos com o trabalho que acabara de ser feito nas *Tentações de Santo Antão*, de Jerónimo Bosch; analisámos miudamente a exposição «Para uma visão táctil», a primeira experiência que se fazia de uma exposição para cegos; estivemos numa velhinha oficina de ourives instalada em água-furtada da Baixa Pombalina e trabalhámos a prata; fomos ao ateliê de Mestre Lagoa Henriques e à Escola de Belas-Artes ver como se fazia escultura... Enfim, toda uma panóplia de situações, com as quais, como conservadores, haveríamos de nos confrontar e era preciso saber que decisão tomar no momento certo.

Por conseguinte, reflecta-se: que se pretende, afinal, nesta relação entre turismo e museus? Algo se pretenderá, por exemplo, para o turista estrangeiro e algo de diferente para o turista nacional. Inclui-se um museu num circuito turístico – e a guia leva umas trinta pessoas e só tem trinta minutos e toca a dar uma ensaboadela acerca do que ali se vê... No final, que fica? Ou privilegiar-se-á a visita familiar, ainda que de turistas estrangeiros? Nesse caso, como se faz o acompanhamento – ou não se faz? Que se almeja? Que, à saída, como no Buddha Eden, se passe obrigatoriamente pela loja para... fazer compras?

E já agora: que tipo de linguagem usar? Ou ainda: houve preocupação com a dicção, como fazer chegar claramente a mensagem a todos? Recordo sempre, com saudade, o já longínquo dia de Agosto de finais da década de 70, em que Rafael Correia me entrevistou, em São Cucufate, para o seu nunca esquecido programa «Lugar ao Sul», infelizmente desaparecido em 2009. Falei dois minutos, se tanto, silabando bem as palavras, e ele volta-se para mim: «Eu não lhe disse que ia conversar consigo? Esqueça o microfone, vamos... conversar!». As técnicas de expressão oral devem fazer parte das preocupações de todos os profissionais em que a voz constitui um dos principais veículos de transmissão de conhecimentos. O trabalhador num museu tem, muitas vezes, de falar para um público, guiar uma visita e tem de fazer-se entender. Aliás, mesmo as visitas ora programadas para serem individualmente seguidas com auriculares carecem de ser muito bem estudadas nos seus conteúdos e... na sua dicção!

Para além disso, o estudante deve ser treinado para se tornar – neste como noutros domínios – um “fazedor de conteúdos”. E, aqui, o que atrás se escrevia acerca da adequação da linguagem aos objectivos e ao público reveste-se de relevância capital. O conteúdo e a linguagem de um catálogo difere do da página na Internet, do de uma folha de sala, do do guia ou do desdobrável... E convém recordar que... as legendas são para ler!⁷

poder local responsabilidades crescentes no domínio do planeamento e coordenação de ações culturais e museológicas, identificação e valorização do património, e definição de políticas públicas culturais. Vide: <http://www.ulusofona.pt/index.php/faculdade-de-arquitectura-urbanismo-geografia-e-artes/mestrado/2o-ciclo-museologia>

⁷ Permita-se-me que remeta para o que acerca desse tema já escrevi: “Exposições em Arqueologia – para maior interacção”, *Museus* (Boletim da Rede Portuguesa de Museus) n° 16, Junho 2005, p. 10-12.

Corre na Internet o excerto de um texto publicado, há uns três anos, ao que parece,⁸ na revista *Turismo & Negócios*, de grande difusão nos países do Mercosul. Reza assim, a dado passo:

«Lisboa é uma cidade plana, de velhos mas bem conservados casarios, clima tropical húmido, temperatura variável, muito fria no Inverno e quente no Verão, mas nada comparável ao calor brasileiro. Graças ao Estreito de Gibraltar, Portugal liga-se também ao Oceano Atlântico. O curioso é que quase 2/3 da capital portuguesa desapareceram após a II Guerra Mundial, mas o primeiro-ministro de então, Marquês de Pombal, providenciou a recuperação das ruínas, com orientação de excelentes arquitectos, preservando a originalidade das construções [...]».

Tendo-o dado a comentar aos meus estudantes de Património (2º ano), acabei por verificar que até nem sabiam que era isso de Estreito de Gibraltar ou o clima tropical húmido...

Perfilho, pois, a ideia de que há-de, primeiro, interiorizar-se razoável cultura geral e só de seguida pensar-se numa especialização. «Professor, que me interessa a mim distinguir, numa flor, o cálice da corola?». Se fores trabalhar em Botânica, dir-se-á; mas é resposta errada, porque em todos os museus (por exemplo) se lida com plantas e com flores constantemente na análise de uma pintura ou escultura, na descrição de um tecido... Brinco, amiúde, a pedir aos amigos que me dêem exemplos de tecidos. Foi das primeiras noções que aprendi nas aulas de Maria José Taxinha. O tecido é o resultado do entrelaçar das fibras têxteis (linho, algodão, seda, lã...), da trama e da teia – os tafetás, as sarjas, o veludo...

O entusiasmo levará, seguramente, a uma das outras perspectivas que a Universidade deve ensinar: a investigação, faceta que é cada vez mais primordial e para a qual urge conceder tempo aos trabalhadores dos museus. Sem investigação, nada feito!⁹

Um dos fortes da orla marítima cascalense foi cedido ao Município.¹⁰ Que fazer aí? – pensou-se. Uma reconstituição de como seria a vida nesse baluarte, na altura das Invasões Francesas, por que não? E assim se fez.¹¹ Zona de passagem de muitos turistas e mesmo de habitantes locais, essa opção constituiu um êxito. Quando, porém, chegou a altura de se renovar, preferiu dar-se, miudamente, o enquadramento histórico do sítio, preenchendo os painéis com inúmeros documentos e longas descrições, para se concluir com fotografias da primeira metade do século XX em Cascais – e eram essas imagens que maior atenção despertavam nos grupos da «terceira idade» para que se organizavam visitas. Para os demais visitantes, a panorâmica do mar, ali aos pés, supria a maçada de uma leitura por fazer!... Reconsiderou-se e, em Julho de 2010, ainda que mantendo, na primeira sala, a longa tábua de relação cronológica entre a vida do baluarte e os factos históricos que, ao longo dos séculos, o foram acompanhando, a montagem de uma singela, mas bem eloquente, exposição sobre guaritas, com fotos e desenhos e

⁸ Hoje, com todas as críticas que suscitou, como se poderá ver pesquisando a expressão «Lisboa em ascensão turística», já *desapareceu* a informação da edição exacta.

⁹ Um dos objectivos fixados no atrás referido Curso de Museologia da Lusófona consiste em «formar e dar continuidade ao processo de afirmação da Museologia como área disciplinar aplicada e de investigação, elevando os padrões de qualidade e de aprofundamento dos estudos e da investigação.»

¹⁰ Sobre essa cedência de fortificações marítimas à Câmara e o aproveitamento que para cada uma delas se pensou, poderá ler-se: «Arquitectura militar – espaços com vida! O exemplo dos fortes da orla marítima cascalense», revista CEAMA (Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida), 1, 2008, p. 75-81 (versão inglesa nas p. 82-85).

¹¹ Cf. José d'Encarnação, *Recantos de Cascais*, Lisboa / Cascais, 2007, p. 194-198.

legendas poucas, trouxe nova vida a um espaço que, a continuar assim, corria sério risco de vir a perder o interesse dos visitantes, apesar das iniciativas que sempre aí se iam realizando.¹²

A talhe de foice, uma palavra sobre as traduções, que estão a ser consideradas imprescindíveis para melhor compreensão dos conteúdos expositivos por parte dos públicos não falantes da língua portuguesa. Necessidade criada, instrumentos inventados para o efeito – em vez de se insistir cada vez mais na formação de pessoal qualificado. É que as traduções a que geralmente temos acesso dir-se-ia que são feitas pelo computador, automaticamente, à letra, de modo que... não querem dizer o que se pretenderia que dissessem! Para ser tradutor requerem-se duas condições: conhecer muito bem a língua portuguesa e conhecer muito bem a língua para que se pretende verter o original português. Dou apenas um exemplo retirado, quase ao acaso, das centenas que poderão colher-se (por exemplo, nas sínteses dos artigos de revistas). Um mestrando quis sublinhar, no resumo da sua dissertação, que dera relevância ao património de cada um dos municípios (estava a propor a criação de um museu de região); e escreveu: «Dá-se relevo ao território dos municípios». Tradução: «Municipalities are revealed»!...

Repito amiúde – na esteira de Sir Fred Houyle¹³ – que «as respostas não são importantes, as perguntas é que o são». Ou seja: interessa fundamentalmente é levantar a questão.¹⁴ E, no caso das traduções, muitas vezes mesmo se tem de pôr a questão: «Será que o tradutor percebeu o que nós queríamos dizer?». É que, nesta circunstância, não basta conhecer os dois idiomas: é preciso também saber de Museologia e Património!

Em Abela, freguesia do concelho de Santiago do Cacém, a vida agrícola deixou de ter lugar preponderante na existência diária. Que fazer? Permitir que a população esmorecesse, emigrasse, perdesse as suas raízes? Conscientes da necessidade urgente de algo fazer, os técnicos da autarquia meteram mãos à obra e pensaram reservar o ora abandonado posto da Guarda Nacional Republicana, que também já funcionara como escola e posto médico, para guardar memórias: o Museu do Trabalho Rural. Meses e meses levaram a percorrer as povoações derredor, a visitar as casas, a falar com as pessoas... Poderiam emprestar as suas alfaias agrícolas, que ora jaziam sem préstimo ao canto do alpendre? E não teriam fotografias antigas? E lenços? E foices? E dedeiras? E máquinas?... Longo trabalho de sapa, saborosamente recompensado logo no dia da inauguração e pelas semanas afora, quer com os grupos de crianças das escolas, que com as famílias que vêm mostrar o que emprestaram, ali está o nome deles, «Este era o meu bisavô, sabias? Olha a bigodaça que ele usava!». «Memória e Identidade» – é o tema! A exposição actual (2010) celebra o ciclo dos cereais,¹⁵ mostra como, ao longo do ano, se usava a alfaia agrícola tradicional. É que, em volta dessa alfaia, há histórias por

¹² A inauguração da exposição, a 15 de Julho de 2010, foi acompanhado pelo lançamento do bem conseguido livro *Guaritas – Engenho e Arte*, de Augusto Moutinho Borges (texto e fotografias) e Marín García (desenhos), em quatro línguas (português, inglês, francês e castelhano). Fig. 1.

¹³ Citado por John Gribbin, in *Génesis – A Origem do Homem e do Universo*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, p. 14 (nota 1).

¹⁴ Quantas vezes não nos surpreendemos a dizer, no dia-a-dia: «Tem graça: nunca tinha pensado nisso!».

¹⁵ Foi aí que a monitora, ao perguntar aos meninos se sabiam o que eram cereais, recebeu como resposta: «Eu como todos os dias ao pequeno almoço, é bom!»...

contar, há fornecedores de França ou da Bélgica ou da beira-Tejo, há pormenores de que se entretece toda uma história local – e não só!... Não resisto, pois, a documentar estas palavras com foto possante (Fig. 2) da capa do desdobrável: quantas são as juntas de bois que ali vão a puxar aquele arado? Era rijo o terreno, exigia cava funda e os homens irmanavam-se para lograrem o objectivo final... Descansa, na terra já aberta, a fresca bilha com o cocharrito em cima, para os dessedentar quando preciso for...

Um símbolo forte, esta imagem, a servir de epílogo a estas reflexões saídas ao correr do pensamento: difícil a tarefa, a exigir um esforço comum; mas os olhares fixam-se no resultado a atingir. Com entusiasmo, com estudo, com perseverança.

Assim, nesta relação entre o Ensino Superior, os museus e o turismo: a consciencialização de que a caminhada não é fácil; a perseverança, o estudo e o entusiasmo constituem, porém, armas bastantes para se lograrem os resultados melhores.

Referências

- Borges, A. M & García, M. (2010). *Guaritas – Engenho e arte*. Lisboa: By the Book, Edições Especiais, Lda.
- Encarnação, J. d' (2005). Exposições em arqueologia – Para maior interacção. In *Museus (Boletim da Rede Portuguesa de Museus)*, 16, 10-12.
- Encarnação, J. d' (2007), *Recantos de Cascais*. Lisboa/Cascais: Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais.
- Encarnação, J. d' (2008). Arquitectura militar – Espaços com vida! O exemplo dos fortes da orla marítima cascalense. In *revista CEAMA (Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida)*, 1, 75-81 (versão inglesa nas p. 82-85).
- Gribbin, J. (1988), *Génesis – A origem do homem e do universo*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- III Congresso Nacional de Turismo – Documentos*, Edição da Comissão Executiva do Ano do Jubileu do Turismo Português e da Secretaria de Estado do Turismo (Depósito Legal nº 6521/85), p. 240.
- Neves, J. C. das (1995). A catedral. In *Diário de Notícias*, Lisboa, 3-10-1995. Vide: http://www.santidade.net/artigos/a_catedral.pdf

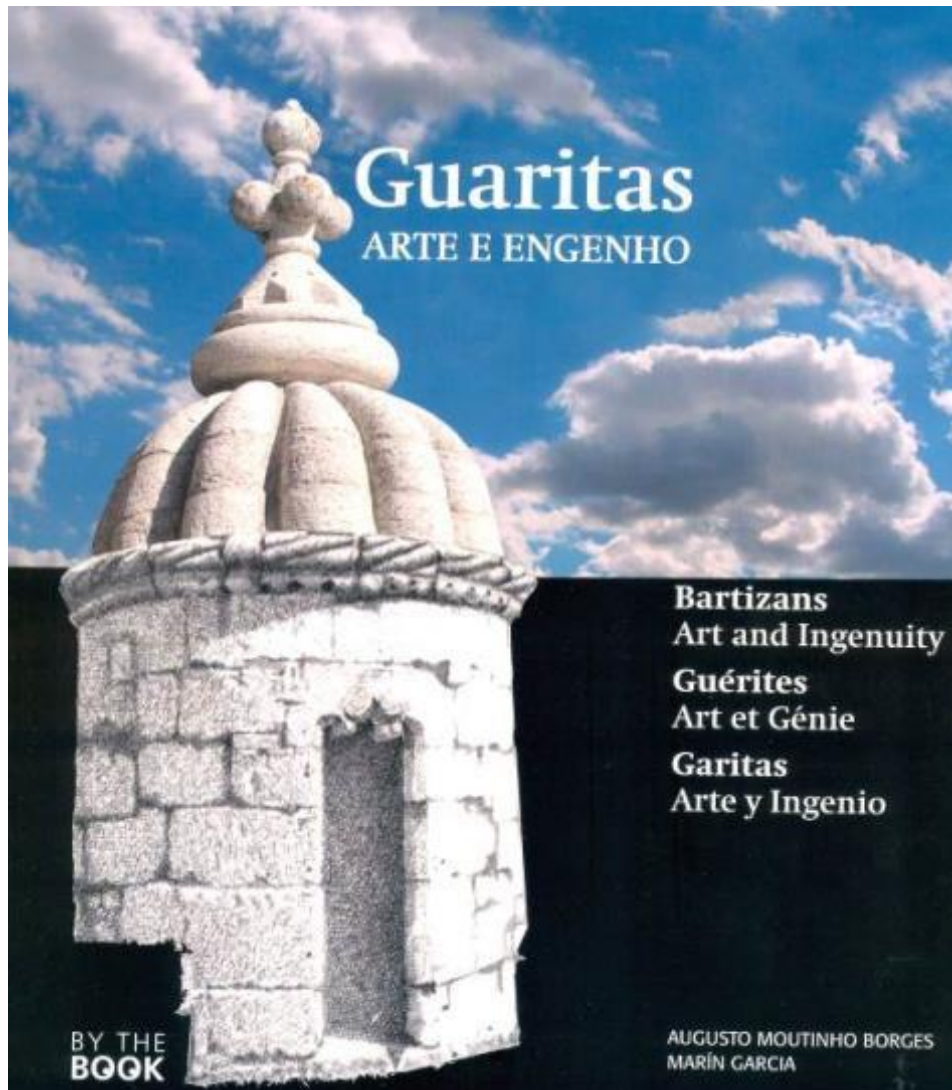


Figura 1. Capa do livro *Guaritas – Engenho e Arte*.



Figura 2. Capa do desdobrável do Museu do Trabalho Rural (2010). Reproduz uma fotografia de Hidalgo de Vilhena, pertencente ao arquivo da família Lobo de Vasconcellos.